



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

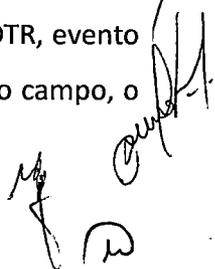
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL
SUBSECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CONSELHO DE POLÍTICA DE ASSENTAMENTO INSTITUÍDO PELA LEI Nº 1572, DE 22 DE JULHO DE 1997.

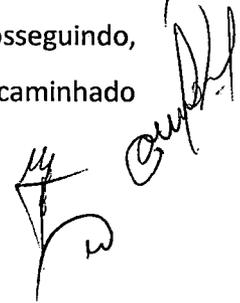
Ata da Décima Nona Reunião Ordinária do Conselho de Política de Assentamento - CPA Instituído para assessorar o Governo do Distrito Federal no planejamento, acompanhamento e monitoramento do Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais – PRAT.

Às nove horas do dia vinte e quatro de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, na Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – SEAGRI-DF, reuniu-se o Conselho de Política de Assentamento- CPA, instituído pela Lei nº 1572, de 22 de julho de 1997, com a presença dos Conselheiros: **JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL** Titular do Poder Executivo e Secretário de Estado da Agricultura, Abastecimentos e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, SEAGRI-DF; **HECTOR CARLOS BARRETO LEAL**, suplente representante do Poder Executivo e Subsecretário de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário da SAF/SEAGRI; **DIOGO SANTOS DE PAULA**, titular do Poder Executivo da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP; **FRANCISCO MIGUEL DE LUCENA**, titular representante do Fórum de Entidades Agrárias e Líder da FETRAF/DF; **LUCIANO MOREIRA DOS SANTOS**, suplente representante do Fórum de Entidades Agrárias e Líder do MTD; **JOSÉ MÁRIO DA SILVA DE SOUZA**, suplente representante do Fórum de Entidades Agrárias e Líder do MLT; **ERCIDES LIMA DE OLIVEIRA JUNIOR**, titular representante da Ordem dos Advogados do Brasil. Como convidados registrou-se a presença de Viviane Silveira Anjos, Diretora de Políticas de Assentamento da SEAGRI-DF e Nilton Guimarães Assessor Jurídico Legislativo da SEAGRI. Registrou-se a ausência de **JOSÉ ADENAUER ARAGÃO LIMA**, conselheiro titular representante do Poder Legislativo (justificada) e **ACILINO JOSÉ RIBEIRO DE ALMEIDA**, conselheiro titular representante do Poder Executivo. Para dar início a reunião foi aberta e presidida pelo Conselheiro **JOSÉ GUILHERME** que destacou a pauta, a saber: 1. Verificação de quórum; 2. Leitura e aprovação da Ata da 18ª

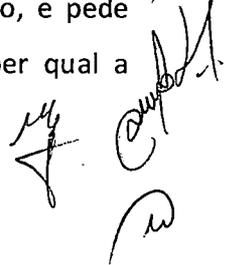
Reunião do CPA; 3. Elaboração e aprovação do calendário anual de reuniões do CPA; 4. Situação das áreas solicitadas pelos movimentos sócias; 5. Informes Gerais e outras demandas. Em seguida o Conselheiro José Guilherme iniciou os trabalhos, solicitou uma rápida apresentação de todos os conselheiros e passou para os pontos a serem tratados na pauta, porém começou alguns informes gerais não previstos na pauta, mas de grande interesse e valor para os programas da SEAGRI. A SEAGRI conseguiu, por meio de emenda parlamentar, captar recursos para auxiliar no desenvolvimento de alguns projetos da Secretaria, destacou algumas emendas de parlamentares, dentre elas: emenda Distrital do Deputado Ricardo Vale – direcionado para o trabalho de agroecologia; uma alocação de recursos do Deputado Wasny – que direcionou o valor para um Centro Comunitário da FETRAF; outro aporte financeiro Federal da Deputada Erica Kokay para a aquisição de patrulhas para serem usadas na região de São Sebastião, além disso, a Deputada confirmou o apoio a um centro de população indígena; outro recurso que não foi especificado ainda foi destinado por Roney Nemer, mas terá parte investido em feira orgânica; e por fim Augusto Carvalho – lançou também uma emenda que destina um recurso para ser investido em insumos para agroecologia. Em seguida foi anunciado por Viviane Anjos que a feira da SEAGRI – esta tendo boa rotatividade, com boas vendas, e que o sucesso da feira orgânica refletiu em um convite do Shopping Boulevard para exposição das mercadorias da agricultura familiar uma vez por mês dentro do shopping. O conselheiro José Guilherme anunciou também que o programa de distribuição de podas de árvores retomou as atividades. Em seguida, a pauta foi retomada, e foi colocada em votação a proposta do Calendário Anual das reuniões do CPA – que ficou aprovado por todos os conselheiros presentes as seguintes datas: 5 (cinco) de maio; 7 (sete) de julho; 13 (treze) de setembro e 8 (oito) de novembro. O Secretário José Guilherme afirmou que qualquer necessidade de pauta os conselheiros podem solicitar ao presidente do CPA reunião extraordinária. Passando para o próximo ponto da pauta o Subsecretário Hector Barreto fez as entregas das Relações de Beneficiários aos coordenadores dos Assentamentos Santarém e Estrela da Lua. Para maiores esclarecimentos, o Secretário José Guilherme informa sobre a demanda solicitada pelas famílias do assentamento Santarém, de desobstruir as áreas invadidas dentro da poligonal do assentamento, mas que essas operações estão dependendo de ação conjunta de outros órgãos. Em seguida o secretário informa sobre o lançamento do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR, evento que leva caravanas com Van, ônibus que emitem documentos para as mulheres do campo, o



qual é confirmado por Viviane Anjos que ocorrerá no final de março. O Conselheiro José Guilherme fala do convênio para aquisição de máquinas e das dificuldades que tiveram para receber o valor destinado, em virtude das restrições orçamentárias federais e que por fim conseguiram o montante de quatro milhões para investimentos de infraestruturas nos assentamentos, dentre eles já foram adquiridos patrulhas mecanizadas, conjunto de mini tratores e algumas infraestruturas nos Centros de Comercialização. Em função da redução do valor a meta foi alterada, e ficou decidido no caso um conjunto de tratores pesados para os assentamentos. O GDF disponibilizará 400 mil reais para compra de máquinas, dando prioridade para a estruturação dos assentamentos. Os equipamentos serão adquiridos com um calendário Conforme entendimento com o MDA. Ficou acordada uma nova reunião para tratar do assunto. O próximo ponto da pauta foi explicado por Nilton Guimarães – Assessor Jurídico Legislativo da SEAGRI que informou sobre a ação civil pública que corre contra o Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais – PRAT, em relação a ação civil publica que está contra a Lei do PRAT e suspende os 4 assentamentos criados em 2013 (15 de Agosto, Nova Camapuã, 1º de Julho e Estrela da Lua). A liminar suspende todo o processo de cadastramento dos assentamentos. O recurso foi julgado improcedente por maioria, mas tem recurso de apelação em segunda instância, porém temos uma decisão favorável, e a ação versa sobre Processo de Seleção das famílias do assentamento 15 de agosto, o qual teve recurso pendente e atende principalmente, o recurso hoje está com vistas à defensoria publica, por enquanto está prevalecendo a informação que suspende toda e qualquer ação de distribuição formal de terra, em especial à seleção de famílias. Ademais, o Conselheiro Jose Guilherme complementa que foi feito o necessário por esta secretaria para obter êxito no processo. O juiz não questiona as áreas destinadas, nem o programa, o que é questionamento é a forma da seleção de famílias. Passando para outro tópico, Viviane Anjos abordou sobre licenciamento ambiental do Projeto de Assentamento Chapadinha que será realizado pela parceria da SEAGRI com a EMATER, por meio do Relatório de Viabilidade Ambiental e encaminhado ao INCRA para avaliação final, informa também que a SEAGRI terá um servidor da Emater (Rogério Puerto), que trabalhará exclusivamente no licenciamento das áreas destinadas à assentamento rural. Francisco Lucena questiona o Cadastro Ambiental Rural - CAR do assentamento Chapadinha. José Guilherme responde dizendo que está na mão da Superintendência do Patrimônio da União – SPU, e a SEAGRI está aguardando. Prosseguindo, a área do José Wilker está em análise no IBRAM, no rito e prazo normal. Foi encaminhado



para o setor de reserva legal. O CAR já está pronto, mas foi sugerido que se retire a reserva legal para fora da área do assentamento. A SEAGRI esta aguardando uma resposta. Em paralelo, Hector Leal informa que o parcelamento já está sendo realizado do Projeto do Pinheiral, foram realizadas várias reuniões com a coordenação do assentamento para viabilizar a melhor forma de se fazer o assentamento. Sobre o Processo de seleção do Assentamento 10 junho Gleide Silva informa que o processo de seleção está na fase de notificações de pendências documentais e/ou sobre os critérios eliminatórios previstos na Lei de seleção. Está previsto que todas as defesas sejam apresentadas até final de abril. Após essa fase será elaborado o relatório da seleção das famílias. Viviane esclarece que o Relatório do Pinheiral está sendo finalizado, e assim que estiver pronto será enviado ao órgão ambiental para apreciação. Hector Leal reforça a intenção de finalizar o processo de liberação do Pinheiral, e acrescenta que fara todos os esforços no intuito de finalizar a solicitação do movimento. Dando continuidade à pauta Diogo Santos de Paula informa sobre a área do Roseli Nunes, foi elaborado um parecer de voto para a reunião da diretoria, que em princípio é favorável, mas esta em fase de avaliação pela Terracap, em especial a caracterização das famílias. A área está na pauta da disponibilização, porém alguns ajustes devem ser realizados. Foi questionado sobre o Pequeno William, o Secretário respondeu que a SEAGRI fez uma solicitação para supressão vegetal, e o assunto está com o Secretário do meio ambiente, aguardando parecer. Ademais, o Secretário informou também que o Programa Nacional da Habitação Rural - PNHR está bastante avançado. O próximo ponto da pauta se refere ao Assentamento Oziel Alves – sobre a questão da água, José Guilherme informa que a SEAGRI está no aguardo de respostas da secretaria do meio ambiente, e que o licenciamento ambiental está em andamento. José Mário entrega um novo pedido para estudos da área próxima ao CAUB – Agropecuária - Ltda (localizada na BR -040 – Gama). Em esclarecimentos, o Secretário informa que foi aberta uma sindicância, pois foram detectados alguns erros no processo. Nesse sentido ao SEAGRI cancelou o Certificado de Legítimo Ocupante – CLO e comunicou a Terracap para providenciar a anulação do contrato. Passando para o quarto ponto da pauta, sobre as áreas solicitadas: áreas apresentadas pela FETRAF – a primeira possui 234 ha próxima ao CAGE / Brazlândia – foi identificado que apenas uma pequena parte é de propriedade da Terracap. Levantou-se o questionamento sobre o que deve ser feito quando a área tem mais de um titular. Ari apresenta denúncia de parcelamento, e pede informações sobre um plano de reforma agraria para o DF, no intuito de saber qual a



capacidade de assentamentos do DF. José Guilherme informa que solicitará uma fiscalização na área do CAGE para apurar a denúncia. A segunda área solicitada, também em Brazlândia, com tamanho de aproximadamente 119,7 ha, será encaminhada à Terracap para estudos de viabilidade e de destinação, porém é uma área próxima à barragem, nesse sentido, será necessário verificar o que diz no zoneamento da área. A SEAGRI irá encaminhar para a Terracap e também buscará junto ao IBRAM o que a legislação permite. Prosseguindo na apresentação das áreas – Viviane Anjos informa que o processo da Fazenda Santa Helena do qual possui o ocupante Gentil Martins foi analisada pelo COREG e este decidiu por manter o contrato com a Terracap. Dando continuidade na pauta, Diogo Santos de Paula informa sobre a consulta da área Capão da Onça, que em função de estar inserida em área de Área de Proteção de Mananciais - APM consultou a ADASA, a qual não impôs nenhuma objeção. A Terracap encaminhará a partir da próxima semana um pedido de consulta para a CAESB apresentar sua manifestação, e não existe um prazo específico para a resposta, porém, assim que souber informará a SEAGRI para uma possível interferência no sentido de agilizar a resposta. Das solicitações feitas pelo MLT – foi verificada a Fazenda Santa Helena, e identificado que não foi possível negar o Certificado de Legítimo Ocupante – CLO, porém a SEAGRI continuará fazendo vistorias e checando as informações. O conselheiro José Mário pede maiores esforços no sentido de identificar possíveis fraudes no processo de regularização da área. O presidente da reunião José Guilherme informa que esta área permanecerá na pauta para que, se possível, sejam apresentadas nas próximas reuniões uma resposta. Cumpridos todos os pontos da pauta, o presidente da reunião José Guilherme encerra os trabalhos. **Ata segue lavrada pela equipe técnica da Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal.**

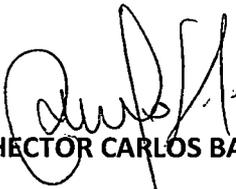
Conselheiros Presentes:

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

Conselheiro Titular do Poder Executivo e

Secretário de Estado da Agricultura, Abastecimentos e Desenvolvimento Rural do DF





HECTOR CARLOS BARRETO LEAL

Conselheiro Suplente Representante do Poder Executivo e
Subsecretário de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário da SAF/SEAGRI



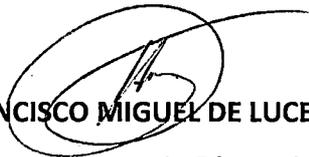
DIOGO SANTOS DE PAULA

Representante do Poder Executivo da
Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal - TERRACAP



ERCIDES LIMA DE OLIVEIRA JUNIOR,

Conselheiro Titular Representante da Ordem dos Advogados do Brasil.



FRANCISCO MIGUEL DE LUCENA

Conselheiro Titular Representante do Fórum de Entidades Agrárias e
Líder da FETRAF/DF



LUCIANO MOREIRA DOS SANTOS

Conselheiro Suplente Representante do Fórum de Entidades Agrárias e
Líder do MTD



JOSÉ MÁRIO DA SILVA DE SOUZA,

Conselheiro Suplente representante do Fórum de Entidades Agrárias e
Líder do MLT;